



# JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 16 de Janeiro de 2006



Série

Número 11

## Sumário

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

Despachos

Avisos

SECRETARIAREGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Avisos

SECRETARIAREGIONAL DA EDUCAÇÃO

Avisos

Rectificação

SECRETARIAREGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Avisos

SECRETARIAREGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

Aviso

Anúncio de concurso

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

Anúncio de concurso

**SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS****Despacho**

Na sequência da abertura de procedimento de selecção com vista ao provimento do lugar de Director de Serviços do Departamento de Assuntos Jurídicos da Inspeção Regional do Trabalho da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, cargo de direcção intermédia de 1.º grau, foi seleccionada a Dr.ª Patrícia Carla Jardim de Freitas, por preencher os requisitos legais de provimento bem como o perfil definido para o referido cargo, ou seja, Licenciatura em Direito e ter experiência profissional de 6 anos comprovada na área funcional do recrutamento, realçando-se a instrução de processos de contra-ordenação na área laboral.

Acandidata seleccionada possui licenciatura em Direito desde 28 de Janeiro de 1997. Até à presente data vem elaborando a instrução de processos de contra-ordenação na área laboral, possuindo mais de seis anos de experiência profissional.

Deste modo, e ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril e alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, determino:

- 1 - O provimento, por nomeação, em comissão de serviço da Dr.ª Patrícia Carla Jardim de Freitas, no cargo de Director de Serviços do Departamento de Assuntos Jurídicos, cargo de direcção intermédia de 1.º Grau, da Inspeção Regional do Trabalho, ao qual se refere o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho;
- 2 - O referido provimento em comissão de serviço produz efeitos a partir do presente despacho, por urgente conveniência de serviço.

A presente despesa tem cabimento orçamental na Secretaria 04. Capítulo 01, Divisão 03, Subdivisão 02, Classificação Económica 01.01.03.

Secretaria Regional dos Recursos Humanos, aos 18 de Outubro de 2005.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS, Eduardo António Brazão de Castro

**NOTACURRICULAR DA CANDIDATA SELECIONADA****DADOS PESSOAIS**

Nome: Patrícia Carla Jardim de Freitas

Estado Civil: Solteira

Data de Nascimento: 03.03.71

Naturalidade: Angola

Bilhete de Identidade: n.º 9612426 emitido em 04/09/2003-Funchal

Contribuinte Fiscal: n.º 176193243

Residência: Caminho da Achada, n.º 62, 1.º andar-fracção Q 9000-208 Funchal

Contactos: 966339934

**HABILITAÇÕES**

Janeiro/97: Licenciatura em Direito-Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Abril/97 a Março/99: Inscrita como Advogada Estagiária na Ordem dos Advogados-Conselho Distrital de Lisboa

Realização do estágio profissional-Sociedade de Advogados "Luís M. S. Oliveira e Associados"-Lisboa

**Funções principais**

-Elaboração, análise e acompanhamento de Processos Jurídicos nas áreas de: Direito do Trabalho; Direito Comercial e Direito Penal.

-Traduções jurídicas: Português/Inglês; Inglês/Português; Português/Francês; Francês/Português; Espanhol/Português; Português/Francês;

Desde Março/99 a 2003: Inscrita como Advogada na Ordem dos Advogados-Conselho Distrital da Madeira

Desde 1 de Junho/99: Exercício de funções equivalentes a Técnica Superior de 2.ª Classe (Jurista) da Carreira Técnica Superior em regime de contrato de trabalho a termo certo.-Secretaria Regional dos Recursos Humanos.-Inspeção Regional do Trabalho

**Funções principais**

Elaboração de Pareceres Jurídicos e prestação de informações na área do Direito do Trabalho e no âmbito do procedimento contra-ordenacional; Instrução de Processos de Contra-Ordenação Laboral.

Abril/00 a Abril/01: Contrato em regime de Avença com o CEPAM-Conservatório e Escola Profissional de Artes da Madeira.

De Novembro de 2001: Exercício de funções de Coordenação do Gabinete Jurídico da Inspeção Regional do Trabalho.

Desde 2002: Participação em inúmeras reuniões de trabalho em representação da Inspeção Regional do Trabalho bem como do seu Inspector Regional.

Desde Janeiro de 2002: Orientadora directa de estágio profissional de dois juristas.

20 de Junho de 2002: Ingresso nos quadros da Inspeção Regional do Trabalho como Técnica Superior de 2.ª Classe.

Desde Janeiro de 2002: Membro, em representação da Inspeção Regional do Trabalho, da Comissão Técnica Regional de Apoio ao Centro de Regional de Emprego para efeitos de avaliação da involuntariedade da situação de desemprego por mútuo acordo.

Desde Maio de 2003: Membro, em representação da Inspeção Regional do Trabalho, da Comissão Regional encarregue de proceder à Revisão Anual do Plano Regional de Emprego.

Julho de 2003: Membro de Júri, como vogal efectivo, de concurso interno de acesso geral para preenchimento de três vagas de Chefe de Secção, do quadro de pessoal da Inspeção Regional do Trabalho.

De 11 a 28 de Agosto de 2003: Substituição do Inspector Regional do Trabalho em período de férias.

De Abril a Dezembro de 2004: Colaboração na recolha semanal de reclamações apresentadas no balcão da Inspeção Regional do Trabalho a funcionar na "Loja do Cidadão".

De 9 de Agosto a 3 de Setembro/04: Substituição do Inspector Regional do Trabalho em período de férias.

Desde Janeiro de 2005: Responsável única do tratamento a dar a todas as reclamações entradas nos Serviços da Inspeção Regional do Trabalho ou via "Loja do Cidadão" e consequente coordenação de todo o pessoal inspectivo nesta matéria.

De 21 de Março a 3 de Abril/05: Substituição do Inspector Regional do Trabalho em período de férias.

De 16 a 26 de Agosto/05: Substituição do Inspector Regional do Trabalho em período de férias.

## OUTROS CONHECIMENTOS

Informáticos: Conhecimentos na óptica do utilizador: Windows, Excel, Word e Macintosh HD.

Línguas estrangeiras (falado e escrito): Inglês-Bom; Francês-Razoável; Espanhol- Razoável.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

18 de Nov/99: Participação como assistente nas Primeiras Jornadas sobre o Consumo, promovidas pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos-Auditório da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

15 de Março/00: Participação como assistente no Seminário “Consumidores e Agentes Económicos-Parceiros na Garantia da Qualidade” integrado nas Comemorações do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, promovido pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

17/18 Fev/00: Participação como Congressista no III Congresso Nacional de Direito do Trabalho-Hotel Altis-Lisboa.

22 de Julho/00: Participação como oradora em representação da Inspeção Regional do Trabalho, na Acção de Formação relativa a Segurança no Trabalho, na área da Construção Civil, promovida pela Listorres-Obras Públicas e Construção Civil, S.A.-Hotel Savoy.

6/7 Nov/00: Frequência do Curso de “Contra-ordenações”, com a duração de 12 horas, promovido pela Cedrel-Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local-Lisboa.

29/Nov/00: Participação como assistente no Seminário do Sector dos Similares promovido e realizado no Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira.

2/Fev/01: Participação como assistente no Seminário “O papel Fundamental do Estado face à segurança no Trabalho da Construção” promovido pela Direcção Regional dos Recursos Humanos-Tecnópolo.

8/9 Fev/01: Participação como Congressista no IV Congresso Nacional de Direito do Trabalho Hotel Altis-Lisboa.

Fev/02: Participação como Congressista no V Congresso Nacional de Direito do Trabalho Hotel Altis-Lisboa.

15 de Julho/02: Participação como assistente no seminário denominado “As Regiões Ultraperiféricas no quadro de uma Europa Alargada”.-Universidade da Madeira.

24 de Setembro/02: Participação como assistente na sessão de trabalho da discussão do anteprojecto do Código do Trabalho promovida pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos-Auditório dos CTT-Correios de Portugal, SA, Funchal.

22 de Outubro /02: Participação como assistente no Seminário “Contra o Stresse no Trabalho” realizado no âmbito da Semana Europeia 2002-Semana Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

28 de Abril /03: Participação como assistente no Seminário “Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho”-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

Maio e Junho/03: Frequência do curso sobre o novo Código de Direito do Trabalho, ministrado pelos Profs. Drs. Jorge Leite, Júlio Gomes e Pedro Romano Martinez-Cine Fórum do Funchal-Duração 30 horas.

30 e 31 de Outubro/03: Participação como assistente no seminário intitulado “Segurança na Utilização de Produtos

Perigosos” promovido pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos/Direcção Regional do Trabalho em colaboração com o IDICT-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

15 de Novembro/03: Participação como oradora na sessão sobre o Código do Trabalho promovida pela Direcção Regional do Trabalho-Inatel-Santo da Serra.

19 de Novembro/03: Participação como assistente no Seminário “A Construção da Igualdade” organizado pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos e PRIO-Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

18 e 25 de Novembro/03: Participação como assistente no Seminário “Segurança no Trabalho da Construção” organizado pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos-Direcção Regional do Trabalho-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

5 de Dezembro/03: Participação como assistente no Seminário “A Nova Estratégia Europeia para o Emprego-Transposição para a realidade nacional e regional”-Auditório do Museu da Electricidade “Casa da Luz”.

29 e 30 de Janeiro/04: Participação como Congressista no VII Congresso Nacional de Direito do Trabalho-Hotel Altis-Lisboa.

10 de Fevereiro/04: Participação como assistente no Colóquio sobre “Segurança no Trabalho da Construção-Novo Quadro Legal”-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

15 de Março/04: Participação como assistente no Seminário “A Defesa do Consumidor no Século XXI”, organizado pelo Serviço de Defesa do Consumidor, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor-Auditório do Museu da Electricidade “Casa da Luz”.

22 a 26 de Março/04: Participação como formanda no curso intitulado “Relacionamento Interpessoal e Atendimento de Público”, organizado pela Vice-Presidência do Governo Regional-Direcção Regional da Administração Pública e Local e realizado no Centro de Formação Profissional da Madeira.

Curso de formação ministrado pela monitora Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Lemos Mateus da Silva do Instituto Nacional de Administração-Duração 30 horas.

29 de Março a 2 de Abril/04: Participação como formanda no curso intitulado “O Concurso de Pessoal na Administração Pública”, organizado pela Vice-Presidência do Governo Regional-Direcção Regional da Administração Pública e Local e realizado no Centro de Formação Profissional da Madeira.

Curso de formação ministrado pela monitora Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Caires da Luz do Instituto Nacional de Administração-Duração 30 horas.

28 de Abril/04: Participação como assistente da Sessão Comemorativa do “Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho”. “Dia Mundial para a Segurança e a Saúde no Trabalho” subordinada ao tema “Promoção de uma cultura de segurança”-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

7 de Maio/04: Participação como assistente no Painel denominado ao tema “Emprego e Política Laboral”, promovido pelo Partido Social Democrata da Madeira-Madeira Tecnópolo-Sala Cassiopeia.

25 de Maio/04: Participação como assistente no colóquio “A concepção de locais de trabalho seguros e saudáveis”-Auditório do Museu de Electricidade “Casa da Luz”.

3 a 7 de Maio/04: Participação como formanda na acção de formação para funcionários do Governo Regional intitulada “A

escrita do Direito na perspectiva da eficácia da comunicação” organizada pela Vice-Presidência do Governo Regional-Direcção Regional da Administração Pública e Local e realizada no Centro de Formação Profissional da Madeira.

7 de Março/05: Comemorações do Dia Internacional da Mulher-Auditorio da Casa Museu Frederico de Freitas.

8 de Março/05: Lançamento do Livro sobre dados estatísticos referentes à mulher em Portugal-Vila Passos.

15 de Março/05: Participação como assistente no Seminário denominado “Informação para o Consumo-Estratégias e Recursos-Auditorio do Instituto Regional de Emprego.

### Despacho

Na sequência da abertura de procedimento de selecção com vista ao provimento do lugar de Chefe de Divisão do Gabinete de Informação e Divulgação do Centro das Comunidades Madeirenses da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, foi seleccionada a Dr.ª Celina dos Anjos Cruz, por preencher os requisitos legais de provimento bem como o perfil definido para o referido cargo, ou seja, Licenciatura em Relações Internacionais – ramo Político/Económico e ter experiência profissional de 4 anos comprovada na área funcional do recrutamento, realçando-se procedimentos e estudos sobre a emigração.

A candidata seleccionada possui licenciatura em Relações Internacionais – ramo Político/Económico desde 29 de Julho de 1999. Até à presente data vem realizando procedimentos e estudos sobre a emigração, possuindo mais de quatro anos de experiência profissional.

Deste modo, e ao abrigo do n.º 4 do artigo 37.º da lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril e alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, determino:

- 1 - O provimento, por nomeação, em comissão de serviço da Dr.ª Celina dos Anjos Cruz, no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Informação e Divulgação, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, do Centro das Comunidades Madeirenses da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, ao qual se refere o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2001/M, de 9 de Julho;
- 2 - O referido provimento em comissão de serviço produz efeitos a partir do presente despacho, por urgente conveniência de serviço.

A presente despesa tem cabimento orçamental na Secretaria 04. Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, Classificação Económica 01.01.03.

Secretaria Regional dos Recursos Humanos, aos 21 de Novembro de 2005.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS, Eduardo António Brazão de Castro

#### NOTACURRICULAR DA CANDIDATA SELECIONADA

##### IDENTIFICAÇÃO

- Nome: Celina Dos Anjos Cruz
- Data de Nascimento: 30 de Janeiro 1975
- Naturalidade: França
- Estado Civil: Casada
- Bilhete Identidade: 10587208 de 27 de Abril de 2001 pelo Arquivo de Identificação de Lisboa e válido até 27 de Novembro de 2006

##### ACADÉMICAS

- Licenciatura em Relações Internacionais, no ramo Político-Económico na Universidade Lusíada do Porto obtida em Julho de 1999

##### CARREIRAPROFISSIONAL

- Coordenadora do Gabinete de Apoio Social da Associação Académica da Universidade Lusíada do Porto durante três anos;
- 10/04/2000 a 09/01/2001 - Estágio Profissional, promovido pela Direcção Regional dos Recursos Humanos, com duração de nove meses no Centro das Comunidades Madeirenses da Secretaria Regional dos Recursos Humanos;
- 15/01/2001 a 31/05/2001 - Funções de Técnica Superior de Relações Internacionais no âmbito do Programa de Ocupação de Adultos Desempregados, promovido pela Direcção Regional dos Recursos Humanos, no Centro das Comunidades Madeirenses da Secretaria Regional dos Recursos Humanos;
- 01/06/2001 – Celebração do Contrato Administrativo de Provimento com o Instituto Regional de Emprego da Secretaria Regional dos Recursos Humanos para o exercício de funções de Técnica Superior Estagiária;
- 01/09/2001 – Requisitada para o Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Serviços Dependentes para exercer funções no Centro das Comunidades Madeirenses;
- 23/11/2001 – Por despacho do Excelentíssimo Secretário Regional dos Recursos Humanos datado de 23/11/2001, nomeada Técnico Superior de 2.ª Classe do quadro de pessoal do Instituto Regional de Emprego, após isenção de estágio;
- 01/01/2002 – Transferida do quadro de pessoal do Instituto Regional de Emprego para o quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Serviços Dependentes;
- Por Resolução do Conselho do Governo n.º 1535/2002, publicada no JORAM, I Série, n.º 158 de 27 de Dezembro de 2002, designada, como suplente, representante do Governo da Região Autónoma da Madeira no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração que integra o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;
- Por despacho do Excelentíssimo Secretário Regional dos Recursos Humanos datado de 17/01/2005, nomeada Técnico Superior de 1.ª Classe da carreira de Técnico Superior do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Serviços Dependentes da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, com efeitos à data do Despacho.

##### EXPERIÉNCIAPROFISSIONAL

- Membro do Secretariado do V Congresso das Comunidades Madeirenses;
- Membro do “task force” para a inauguração do Aeroporto da Madeira
- Prestação de apoio técnico;
- Realização de ofícios e pareceres técnicos;
- Elaboração do PIDDAR (Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da RAM) e Orçamento do Centro das Comunidades Madeirenses;
- Elaboração do projecto “Encontro Mundial de Empresários Madeirenses”;
- Apoio à Emigração;
- Atendimento ao público;
- Apoio ao Conselho das Comunidades Madeirenses;
- Apoio à Imigração;
- Organização dos Encontros dos Povos de Leste, Encontros dos Povos de África;
- Elaboração de estatísticas mensais sobre emigração;
- Recolha, tratamento e respectivo arquivamento de documentação histórica ou cultural sobre emigração;
- Responsável pelas Casas da Madeira em território nacional;
- Participação em reuniões do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração em representação da RAM;
- Assessoria ao Director do Centro das Comunidades Madeirenses;
- Substituição do Director do Centro das Comunidades Madeirenses nas suas ausências.

**Aviso**

Por despacho do Excelentíssimo Secretário Regional dos Recursos Humanos, datado de 8 de Novembro de 2005, foi nomeada definitivamente na categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da Carreira de Técnico Superior do quadro de pessoal da Inspeção Regional do Trabalho, a Licenciada Patrícia Carla Jardim de Freitas, com efeitos a 8 de Novembro de 2005, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

(Não carece de fiscalização prévia pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Secretaria Regional dos Recursos Humanos, aos 6 de Janeiro de 2006.

A CHEFE DE GABINETE, Maria João Delgado

**Aviso**

Por despacho do Excelentíssimo Secretário Regional dos Recursos Humanos, datado de 14 de Novembro de 2005 foi nomeada definitivamente na categoria de Chefe de Secção da Carreira de Chefia, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Trabalho, a funcionária abaixo mencionada, com efeitos a partir de 14 de Novembro de 2005, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art. 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

Maria Rute Andrade Faria de Freitas

(Não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Secretaria Regional dos Recursos Humanos, a 21 de Novembro de 2005.

A CHEFE DE GABINETE, Maria João Delgado

**SECRETARIAREGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS****CENTRO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA****Aviso**

Por despacho da Ex.ma Sr.ª Secretária Regional dos Assuntos Sociais, datado de 2005-12-28, foi autorizada a nomeação definitiva, na sequência de concurso interno de acesso geral, dos funcionários abaixo discriminados, na categoria de Inspector Adjunto Especialista Principal, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do DL n.º 112/2001, de 6 de Abril, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2003/M, de 22 de Julho, conjugado com o disposto nos artigos 4.º e 5.º e no n.º 8 do artigo 6.º, e nos artigos 8.º a 12.º do DL n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 2005-12-28, ao abrigo da alínea a) do número 2 do artigo 128, do Código de Procedimento Administrativo.

- Armando Lourenço de Gouveia
  - Juvenal Fernandes Silva
  - João Carlos Gomes Pestana do Valle
- Isento de fiscalização prévia pela S.R.M.T.C..

Centro de Segurança Social da Madeira, aos 4 de Janeiro de 2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, José Augusto Roque Martins

**Aviso**

Por despacho de Sua Excelência a Secretária Regional dos Assuntos Sociais, datado de 2005-12-29, foi autorizado nos termos dos artigos 82.º e 83.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de

Março, o regresso ao serviço de José Nicolau da Silva Faria Viana, após período de Licença Ilimitada.

Isento de fiscalização prévia pela S.R.M.T.C..

Centro de Segurança Social da Madeira, aos 5 de Janeiro de 2006.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, José Augusto Roque Martins.

**SECRETARIAREGIONAL DA EDUCAÇÃO****Aviso**

Por despacho do Director Regional de Administração Educativa, de 13/12/05, no uso da delegação de competências, prevista no ponto 1.6 do Despacho n.º 34/2005, de 20 de Abril, do Secretário Regional de Educação, publicado no JORAM n.º 86, II Série, de 4 de Maio, foi nomeado provisoriamente, Herberto Magno Matos Teixeira, para a categoria de Técnico de Informática de Grau 1, Nível 1, no quadro de pessoal da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, com efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2005 – Secretaria Regional de Educação.

Funchal, 13 de Dezembro de 2005.

O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

**Aviso**

Por despacho do Director Regional de Administração Educativa, de 28/12/05, no uso da delegação de competências, prevista no ponto 1.6 do Despacho n.º 34/2005, de 20 de Abril, do Secretário Regional de Educação, publicado no JORAM n.º 86, II Série, de 4/5, foi autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento com Bruno José Vieira Chicharo para a categoria de Técnico de Informática de Grau 1, Nível 1, no quadro de pessoal da Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos com Pré-Escolar Professor Francisco Manuel Santana Barreto em regime de estágio, na sequência de concurso externo de ingresso, com início a 27/12/05 e termo a 26/06/06 – Secretaria Regional de Educação.

Funchal, 28 de Dezembro de 2005.

O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

**Rectificação**

Por ter saído com inexactidão no JORAM n.º 245, II série, página 4, de 23 de Dezembro de 2005, relativo à nomeação definitiva para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, (Fim de Estágio), no quadro de vinculação de pessoal não docente da área escolar de Machico, rectifica-se o seguinte:

ONDE SE LÊ:

“(…) Regina Maria Freitas Pestana - afecta à Escola do 1.º ciclo c/PE do Caniçal (...)”

DEVERÁ LER-SE:

“(…) Regina Maria Freitas Santos - afecta à Escola do 1.º ciclo c/PE do Caniçal (...)”

Funchal, 5 de Janeiro de 2006.

O DIRECTOR REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA, Jorge Manuel da Silva Morgado

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E REABILITAÇÃO

**Aviso**

Por despacho da Directora Regional de Educação Especial e Reabilitação, de 29/12/2005, por delegação de competências e, na sequência de concurso externo de ingresso geral, para preenchimento de 2 vagas na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, na área de Educação Especial e Reabilitação, em regime de estágio, da carreira Técnica Superior, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, foi autorizada a celebração de dois Contratos Administrativos de Provedimento, para efeitos de estágio na carreira Técnica Superior, com Mónica Filipa Gonçalves Marques e José Roberto Sardenha Rodrigues, aprovados no referido concurso, com início a 2 de Janeiro de 2006.

Isento de Fiscalização Prévia pela S.R.T.C..

Funchal, 2 de Janeiro de 2006.

A DIRECTORA REGIONAL, Cecília Berta Fernandes Pereira

**Aviso**

Por despacho do Secretário Regional de Educação, de 2005/12/05 e, na sequência de concurso externo de ingresso geral, para preenchimento de quatro vagas na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, na área de Psicologia, em regime de estágio, da carreira Técnica Superior, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, foi autorizada a celebração de um Contrato Administrativo de Provedimento, com superveniente, para efeitos de estágio na carreira Técnica Superior, com Lúcia Filipa Henriques Fragoeiro, aprovada no referido concurso, com início a 2 de Janeiro de 2006.

Isento de Fiscalização Prévia pela S.R.T.C..

Funchal, 2 de Janeiro de 2006.

A DIRECTORA REGIONAL, Cecília Berta Fernandes Pereira

**Aviso**

Por despacho da Directora Regional de Educação Especial e Reabilitação de 2006/01/02, por delegação de competências e, na sequência de concurso externo de ingresso geral, para preenchimento de cinco vagas na categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, (área de Psicologia), no quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, foram nomeadas definitivamente, na sequência de conclusão de estágio, Joana Oliveira Xavier, Tânia Patrícia Nascimento, Carina José Castro Melim e Tânia Catarina da Costa Barbosa Ramos, aprovadas no referido concurso, para a categoria de Técnico Superior de 2.ª classe, da carreira de Técnico Superior.

Isento de Fiscalização Prévia pela S.R.T.C..

Funchal, 3 de Janeiro de 2006.

A DIRECTORA REGIONAL, Cecília Berta Fernandes Pereira

**SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS**

**Aviso**

1 - Faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças, de 26 de

Outubro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Jornal Oficial, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da carreira de Consultor Jurídico, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2003/M, de 18 de Agosto.

- 2 - O presente concurso rege-se pelas disposições legais do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99 de 11 de Junho, Decreto e o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e Resolução n.º 1014/98 de 6 de Agosto.
- 3 - O concurso é válido apenas para preenchimento do lugar acima referido.
- 4 - Local de Trabalho: Situa-se na Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, Avenida Arriaga, 2.º andar, 9004-528 Funchal.
- 5 - Formalização das candidaturas:  
As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado, branco de formato A4 ou em papel contínuo, escrito e marginado, nos termos do D.L. n.º 112/90 de 04/04, dirigido a Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, registado e com aviso de recepção dentro do prazo de abertura do concurso, à Secretaria Regional do Plano e Finanças, Avenida Arriaga 9004-528 Funchal, dele constando os seguintes elementos:
  - a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade, Serviço de Identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone).
  - b) Categoria profissional em que se encontra integrado com referência à data do termo de aceitação.
  - c) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do Jornal Oficial onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura.
- 6 - Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:
  - a) Curriculum Vitae, detalhado e assinado;
  - b) Documento comprovativo da classificação de serviço nos últimos 3 anos;
  - c) Certificado comprovativo das habilitações literárias;
  - d) Declaração passada pelo Serviço ou Organismo a que o candidato se encontra vinculado, da qual conste, a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira, e na função pública, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa.
- 7 - Será dispensada a apresentação dos documentos referidos na alínea c) e d) do número anterior, desde que aqueles se encontrem nos respectivos processos individuais, quando os candidatos forem funcionários da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, da Secretaria Regional do Plano e Finanças.
- 8 - Método de Selecção:
  - a) Avaliação curricular, na qual serão ponderados os seguintes factores: Habilitações literárias,

experiência profissional anterior, formação profissional complementar e classificação de serviço.

- 9 - O sistema de classificação a utilizar no método de selecção será de 0 a 20 valores.
- 10 - Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção, bem como o sistema de classificação final constarão das actas de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitado.
- 11 - A classificação final resultará da média aritmética simples da classificação obtida na avaliação curricular.
- 12 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato em caso de dúvida, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.
- 13 - Arelação de candidatos admitidos a concurso e a lista de classificação final serão afixadas no Departamento Administrativo e de Controlo da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade.
- 14 - Constituição do Júri:

Presidente:

- Dr. Ricardo José Gouveia Rodrigues, Director Regional de Orçamento e Contabilidade

Vogais efectivos:

- Dr.<sup>a</sup> Dulce Feliciano Alves Faria Veloza, Directora de Serviços de Orçamento e da Conta, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.
- Dr. António Carlos Pereira César de Faria, Chefe de Divisão da Receita.

Vogais Suplentes:

- Dr.<sup>a</sup> Lucília Fernandes Branquinho da Costa Neves, Directora de Serviços dos Serviços e Fundos Autónomos.
- Dr. José Simão João, Director de Serviços de Contabilidade.

Secretaria Regional do Plano de Finanças, 9 de Janeiro de 2006.

A CHEFEDO GABINETE, Sílvia Maria Silva Freitas

### Aviso

- 1 - Faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças, de 29 de Novembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Jornal Oficial, concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares na categoria de Assistente Administrativo Principal, da carreira de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2003/M, de 18 de Agosto.
- 2 - O presente concurso rege-se pelas disposições legais do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99 de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho e Resolução n.º 1014/98 de 6 de Agosto.
- 3 - O concurso é válido apenas para preenchimento dos lugares acima referidos.

- 4 - Local de Trabalho: Situa-se na Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, Avenida Arriaga, 2.º andar, 9004-528 Funchal.
- 5 - Formalização das candidaturas:  
As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado, branco de formato A4 ou em papel contínuo, escrito e marginado, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90 de 04/04, dirigido a Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, registado e com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do concurso, à Secretaria Regional do Plano e Finanças, Avenida Arriaga 9004-528 Funchal, dele constando os seguintes elementos:
- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade, Serviço de Identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone).
  - b) Habilitações literárias.
  - c) Categoria profissional em que se encontra integrado, com referência à data do termo de aceitação.
  - d) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do Jornal Oficial onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura.
- 6 - Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:
- a) Curriculum Vitae, detalhado e assinado;
  - b) Documento comprovativo da classificação de serviço nos últimos 3 anos;
  - c) Certificado comprovativo das habilitações literárias;
  - d) Declaração passada pelo Serviço ou Organismo a que o candidato se encontra vinculado, da qual conste, a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detêm e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira, e na função pública, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa.
- 7 - Será dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas c) e d) do número anterior, desde que aqueles se encontrem nos respectivos processos individuais, quando os candidatos forem funcionários da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade, da Secretaria Regional do Plano e Finanças.
- 8 - Métodos de Selecção:
- a) Avaliação curricular, na qual serão ponderados os seguintes factores: Habilitações literárias, experiência profissional anterior, formação profissional complementar e classificação de serviço.
- 9 - O sistema de classificação a utilizar no método de selecção será de 0 a 20 valores.
- 10 - Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção, bem como o sistema de classificação final constarão das actas de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitado.
- 11 - A classificação final resultará da média aritmética simples da classificação obtida na avaliação curricular.
- 12 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato em caso de dúvida, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.

13 - Arelação de candidatos admitidos a concurso e a lista de classificação final serão afixadas no Departamento Administrativo e de Controlo da Direcção Regional de Orçamento e Contabilidade.

13 - Constituição do Júri:

Presidente:

- Nélia Maria Rodrigues de Freitas, Chefe de Secção.

Vogais efectivos:

- Maria Marta Nunes Pereira Cabral, Chefe de Departamento, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.  
- Paula Cristina Nóbrega Sá Teixeira, Chefe de Secção.

Vogais suplentes:

- Maria Estela Abreu da Silva, Assistente Administrativo Especialista.  
- Ana Maria Fernandes Figueira Andrade, Chefe de Secção.

Secretaria Regional do Plano e Finanças, 9 de Janeiro de 2006.

A CHEFEDO GABINETE, Sílvia Maria Silva Freitas

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

#### Aviso

Por Despacho n.º 20/2006, de 5 de Janeiro, da Chefe do Gabinete, no uso do poder, delegado por despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças de 16 de Novembro de 2004, publicado no JORAM II Série n.º 240 de 13 de Dezembro de 2004, rectificado pela declaração de rectificação n.º 27/2004, publicado no JORAM, II Série n.º 243 de 16 de Dezembro de 2004, foi nomeada, após aprovação em estágio, em regime de comissão de serviço extraordinária, na sequência de processo de reclassificação, autorizada por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças de 13 de Janeiro de 2005, na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, da carreira Técnica Superior, do quadro de pessoal do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, a funcionária:

- Lídia Maria de Jesus Andrade

Este provimento tem cabimento orçamental no orçamento privativo do IFC - 01 - Funcionamento Normal, Classificação Económica 01.01.03.

(Nos termos do artigo 114.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 10 de Janeiro de 2006.

PEL' O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, Assinatura ilegível

#### Aviso

Por Despacho n.º 1/2006, de 3 de Janeiro, da Chefe do Gabinete, no uso do poder, delegado por despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças de 16 de Novembro de 2004, publicado no JORAM II Série n.º 240 de 13 de Dezembro de 2004, rectificado pela declaração de rectificação n.º 27/2004, publicado no JORAM, II Série n.º 243 de 16 de Dezembro de 2004, foi nomeada, após aprovação em concurso interno de acesso geral, para a Divisão de Intervenções Regionais, na categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da carreira Técnica Superior, do quadro de pessoal do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, a candidata:

- Otilia Maria Coelho Pestana Gomes

Este provimento tem cabimento orçamental no orçamento privativo do IFC - 01 - Funcionamento Normal, Classificação Económica 01.01.03.

(Nos termos do artigo 114.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 10 de Janeiro de 2006.

PEL' O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, Assinatura ilegível

#### Aviso

Por despacho n.º 3/2006, de 5 de Janeiro, da Chefe do Gabinete, no uso do poder, delegado por despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças de 16 de Novembro de 2004, publicado no JORAM II Série n.º 240 de 13 de Dezembro de 2004, rectificado pela declaração de rectificação n.º 27/2004, publicado no JORAM, II Série n.º 243 de 16 de Dezembro de 2004, foram nomeadas, após aprovação em concurso interno de acesso geral, para a Divisão de Coordenação, na categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da carreira Técnica Superior, do quadro de pessoal do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, as candidatas:

- Ana Lúcia Andrade Nascimento, e  
- Maria do Céu Gouveia Andrade

Estes provimentos têm cabimento orçamental no orçamento privativo do IFC - 01 - Funcionamento Normal, Classificação Económica 01.01.03.

(Nos termos do artigo 114.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 10 de Janeiro de 2006.

PEL' O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, Assinatura ilegível

#### Aviso

Por Despacho n.º 2/2006, de 4 de Janeiro, da Chefe do Gabinete, no uso do poder, delegado por despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças de 16 de Novembro de 2004, publicado no JORAM II Série n.º 240 de 13 de Dezembro de 2004, rectificado pela declaração de rectificação n.º 27/2004, publicado no JORAM, II Série n.º 243 de 16 de Dezembro de 2004, foram nomeados, após aprovação em concurso interno de acesso geral, para a Divisão de Auditoria, na categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe, da carreira Técnica Superior, do quadro de pessoal do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, os candidatos:

- Bruno Martinho Sousa Camacho  
- Jorge Manuel Andrade

Estes provimentos têm cabimento orçamental no orçamento privativo do IFC - 01 - Funcionamento Normal, Classificação Económica 01.01.03.

(Nos termos do artigo 114.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 10 de Janeiro de 2006.

PEL' O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, Assinatura ilegível

#### Aviso

Por Despachos n.ºs 21/2006, 22/2006 e 23/2006 de 6 de Janeiro, da Chefe do Gabinete, no uso do poder, delegado por



despacho do Secretário Regional do Plano e Finanças de 16 de Novembro de 2004, publicado no JORAM II Série n.º 240 de 13 de Dezembro de 2004, rectificado pela declaração de rectificação n.º 27/2004, publicado no JORAM, II Série n.º 243 de 16 de Dezembro de 2004, foram nomeados, após aprovação em concurso interno de acesso geral, na categoria de Assistente Administrativo Principal, da carreira de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, da Secretaria Regional do Plano e Finanças, os candidatos:

- Manuela Celíssia Perestrelo Berenguer Freitas,  
- Miguel Ângelo Rocha Pinto, e  
- Sónia Patrícia Freitas Vieira Neves, Assistentes Administrativos Principais da Secção de Pessoal e Formação.  
- Carla Severina Ferreira Baptista Quintal, Assistente Administrativa Principal da Secção de Expediente.  
- Nathalie Marie de Sousa, Assistente Administrativa Principal da Secção de Apoio Administrativo aos Fundos Comunitários.

Estes provimentos têm cabimento orçamental no orçamento privativo do IFC – 01 – Funcionamento Normal, Classificação Económica 01.01.03.

(Nos termos do artigo 114.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, 10 de Janeiro de 2006.

PEL'O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO, Assinatura ilegível

## SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

### Aviso

Pelo meu Despacho n.º 5/2006, de 5 de Janeiro:

Nomeadas definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso limitado, na categoria de Coordenador Especialista, do grupo de pessoal de Chefia, do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, os seguintes elementos:

MARIA DE FÁTIMA FRANCO PIMENTEL PEREIRA REYNOLDS MENDES  
HELENAMARIA DOS ANJOS SILVA

(Nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, aos 5 de Janeiro de 2006.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

DIRECÇÃO REGIONAL DE PISCAS

### Anúncio de concurso

CONCURSO PÚBLICO N.º 14/SRA/DRP/2005

«AMPLIAÇÃO DO CAIS DE PESCANO PORTO DO PORTO SANTO»

Obras

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

NÃO  SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo: Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais Direcção Regional de Piscas	Atenção de: Direcção Regional de Piscas
Endereço: Estrada da Pontinha	Código postal: 9004-562 - FUNCHAL
Localidade/Cidade: FUNCHAL - MADEIRA	País: PORTUGAL
Telefone: 291203200	Fax: 291229691
Correio electrónico: drpescas.madeira@mail.telepac.pt	Endereço internet (URL)

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

indicado em I.1

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

indicado em I.1

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO

indicado em I.1

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

Autoridade regional/local

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras (no caso de um contrato de obras)

Execução  Concepção e execução

II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro? NÃO  SIM

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

«Ampliação do cais de pesca no porto do Porto Santo»

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Construção de 14 metros de cais acostável. Fornecimento e montagem de grua para desembarque de pescado. Fornecimento e montagem de defensas e cabeços de amarração. Infra-estruturas para abastecimento de água e energia eléctrica.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Freguesia do Porto Santo, Concelho de Porto Santo, Região Autónoma da Madeira, Portugal.

Código NUTS - PT300

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) \*

	Vocabulário principal	Vocabulário complementar (se aplicável)
Objecto principal	45241100-9	Não aplicável
Objectos complementares	29221412-5	Não aplicável
	74231000-7	

II.1.8.2) Outra nomenclatura relevante (CPA/NACE/CPC) Não aplicável

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

NÃO  SIM

II.3) Duração do contrato ou prazo de execução

5 (cinco) meses a partir da data de consignação.

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

O valor da caução é de 5% do preço total do contrato

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

Acobertura orçamental será assegurada pelo orçamento da Região Autónoma da Madeira através da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros

Consórcio externo

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Os concorrentes deverão ser titulares de Alvará de Construção emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), que contenha as seguintes habilitações: (Decreto-Lei n.º 12/2004 de 9 de Janeiro; Portaria n.º 19/2004 de 10 de Janeiro; Portaria 1384/2004, de 5 de Novembro); A2.ª subcategoria da 3.ª categoria em classe que cubra o valor da proposta e a 5.ª subcategoria da 3.ª categoria em classe que cubra o valor dos respectivos trabalhos.

III.2.1.1) Situação jurídica - documentos comprovativos exigidos

Os documentos exigidos no Programa de Concurso

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira - documentos comprovativos exigidos

Os documentos exigidos no Programa de Concurso

III.2.1.3) Capacidade técnica - documentos comprovativos exigidos

Os documentos exigidos no Programa de Concurso

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

B1) os critérios a seguir indicados, por ordem decrescente de importância

a) 1. Valia técnica da proposta - analisada com base nos documentos exigidos nas alíneas c), d), e) e g) do n.º 16.1 do Programa de Concurso: 60%.

Serão tidos em conta os seguintes subfactores e respectiva ponderação:

a.1 - Adequação dos planos de mão-de-obra e de equipamento ao plano de trabalhos – 0,40;

a.2 - Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra – 0,30.

a.3 - Memória descritiva dos equipamentos a incorporar em obra – 0,30

b) Preço e condições financeiras: analisados com base no valor da proposta, e documentos exigidos na alínea a), b), e d) do n.º 16.1 do Programa de Concurso (40%)

Serão tidos em conta os seguintes subfactores e respectiva ponderação:

b.1 Preço da proposta: (0,7) será avaliado o preço global (P) em proporção à proposta de mais baixo preço (Pmbp) - C.b.1 = 20x Pmbp/Pcom Pmbp=20

b.2 Plano de pagamentos: será avaliada a adequação do plano de pagamentos ao plano de trabalhos (0,3)

Os sub factores a.1; a.2; a.3, b.1 e b.2 serão classificados quantitativamente de 0 a 20 valores antes da aplicação das ponderações acima mencionadas, resultando a seguinte classificação final:

Cf = 0,6(Ca.1 x 0,4 + Ca.2 x 0,3 + Ca.3 x 0,3) + 0,4(Cb.1 x 0,7 + Cb.2 x 0,3)

Por ordem decrescente de importância NÃO  SIM

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

**IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante**

Concurso Público n.º 14/SRA/DRP/2005

**IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais**

Data limite de obtenção: 27 dias a contar da publicação do anúncio do Diário da República.

Custo: 100€

Moeda: Euro

Condições e forma de pagamento: O processo de concurso poderá ser adquirido pelo custo de € 100,00 (cem euros), no caso do concorrente levantar o processo na morada referida em I.1 ou € 110,00 (cento e dez euros) se enviado por correio, valores aos quais acresce IVA à taxa de 15%, pagos em dinheiro ou cheque visado à ordem do Tesoureiro do Governo Regional da Madeira.

O processo referido no parágrafo anterior encontra-se à disposição em CD-ROM (suporte digital), podendo ser fornecido em alternativa ou adicionalmente ao suporte em papel, sendo o seu custo de € 25,00 (vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa de 15%, ou então gratuito, se adquirido, respectivamente, em alternativa ou adicionalmente ao suporte em papel.

**IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação**

32 dias a contar da sua publicação no Diário da República.

Hora: 17 Horas

**IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação**

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro

**IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta**

66 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas.

**IV.3.7) Condições de abertura das propostas****IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas**

O acto de abertura das propostas é público, só podendo intervir os concorrentes e/ou os seus representantes devidamente credenciados

**IV.3.7.2) Data, hora e local**No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas 

Hora: 10.00H Local: O indicado em I.1

**SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS****VI.1) Trata-se de um anúncio não obrigatório?**NÃO  SIM **VI.3) O presente contrato enquadra-se num projecto/programa financiado pelos fundos comunitários?**NÃO  SIM 

POPRAM III - IFOP

**VI.4) Outras informações**

Valor base do contrato é de € 150.000,00 (Cento e cinquenta mil euros).

Funchal, 9 de Janeiro de 2006.

O CHEFE DO GABINETE, José Miguel da Silva Branco

\* cfr. descrito no Regulamento CPV 2151003 publicado no JOCE n.º L329 de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu.

\* cfr. descrito no Regulamento 3696/93, publicado no JOCE n.º L342 de 31 de Dezembro, alterado pelo Regulamento 1232/98 da Comissão de 17 de Junho, publicado no JOCE n.º L177, de 22 de Junho.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ****Anúncio de concurso**

OBRAS   
FORNECIMENTOS   
SERVIÇOS

O CONCURSO ESTÁ ABRANGIDO PELO ACORDO SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS (ACP)?

NÃO  SIM **SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE****I.1) Designação e endereço oficiais da entidade adjudicante**

Organismo: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ - MADEIRA	Atenção de: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Endereço: PRAÇADR. JOÃO ABELDE FREITAS	Código postal: 9100 157
Localidade/Cidade: SANTA CRUZ - MADEIRA	País: PORTUGAL
Telefone: 291520100	Fax: 291 524062
Correio electrónico: C.M.SANTACRUZ@NETMADEIRA.COM	Endereço internet (URL):

**I.2) Endereço onde podem ser obtidas informações adicionais**INDICADO EM I.1  SE DISTINTO, VER ANEXO A**I.3) Endereço onde pode ser obtida a documentação**INDICADO EM I.1  SE DISTINTO, VER ANEXO A**I.4) Endereço para onde devem ser enviados as propostas/pedidos de participação**INDICADO EM I.1  SE DISTINTO, VER ANEXO A**I.5) Tipo de entidade adjudicante (Informação não indispensável à publicação do anúncio)**

GOVERNO CENTRAL  INSTITUIÇÃO EUROPEIA   
AUTORIDADE REGIONAL/LOCAL  ORGANISMO DE DIREITO PÚBLICO  OUTRO

**SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO****II.1) Descrição****II.1.1) TIPO DE CONTRATO DE OBRAS (NO CASO DE UM CONTRATO DE OBRAS)**EXECUÇÃO  CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO 

EXECUÇÃO, SE JAPOR QUE MEIO FOR, DE UMA OBRA QUE SATISFAÇA AS NECESSIDADES

INDICADAS PELA ENTIDADE ADJUDICANTE **II.1.2) TIPO DE CONTRATO DE FORNECIMENTOS (NO CASO DE UM CONTRATO DE FORNECIMENTOS)**COMPRA  LOCAÇÃO  LOCAÇÃO FINANCEIRA  LOCAÇÃO-VENDA COMBINAÇÃO DOS ANTERIORES **II.1.3) TIPO DE CONTRATO DE SERVIÇOS (NO CASO DE UM CONTRATO DE SERVIÇOS)**

CATEGORIA DE SERVIÇOS

**II.1.4) TRATA-SE DE UM CONTRATO-QUADRO? (INFORMAÇÃO NÃO INDISPENSÁVEL À PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**NÃO  SIM **II.1.5) DESIGNAÇÃO DADO O CONTRATO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE (INFORMAÇÃO NÃO INDISPENSÁVEL À PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**

**II.1.6) DESCRIÇÃO/OBJECTO DO CONCURSO COLOGAR DESIGNAÇÃO:** "CONSTRUÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL DADO NAMÉCIA - SANTACRUZ" - pavimentação de arruamento, incluindo terraplanagem, muros de suporte, rede de saneamento básico, iluminação, rede telecomunicações, sinalização.

**II.1.7) LOCAL ONDE SE REALIZARÁ A OBRA, A ENTREGA DOS FORNECIMENTOS OU A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Freguesia de Santa Cruz - Santa Cruz

CÓDIGO NUTS (INFORMAÇÃO NÃO INDISPENSÁVEL À PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)

**II.1.8) NOMENCLATURA****II.1.8.1) CLASSIFICAÇÃO CPV (COMMON PROCUREMENT VOCABULARY)\* (INFORMAÇÃO NÃO INDISPENSÁVEL À PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**

	Vocabulário principal	Vocabulário complementar (se aplicável)
Objecto principal	45.23.24.50-8	<input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/>
Objectos complementares	45.23.25.00-0 45.31.60.00-0	<input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/>

**II.1.8.2) OUTRA NOMENCLATURA RELEVANTE (CPA/NACE/CPC) \*\***

45.23.12 (cpa)

**II.1.9) DIVISÃO EM LOTES (PARA FORNECER INFORMAÇÕES SOBRE OS LOTES UTILIZAR O NÚMERO DE EXEMPLARES DO ANEXO B NECESSÁRIOS)**NÃO  SIM 

INDICAR SE SE PODEM APRESENTAR PROPOSTAS PARA:

UM LOTE  VÁRIOS LOTES  TODOS OS LOTES **II.1.10) AS VARIANTES SERÃO TOMADAS EM CONSIDERAÇÃO? (SE APLICÁVEL)**NÃO  SIM **II.2) Quantidade ou extensão do concurso****II.2.1) QUANTIDADE OU EXTENSÃO TOTAL (INCLUINDO TODOS OS LOTES E OPÇÕES, SE APLICÁVEL)****II.2.2) OPÇÕES (SE APLICÁVEL). DESCRIÇÃO E MOMENTO EM QUE PODEM SER EXERCIDAS (SE POSSÍVEL)****II.3) Duração do contrato ou prazo de execução**

INDICAR O PRAZO EM MESES ... E/OU EM DIAS 540 DIAS APARTIR DA DATA DA CONSIGNAÇÃO (PARA OBRAS)

EM DIAS APARTIR DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO (PARA FORNECIMENTOS E SERVIÇOS)

OU: INÍCIO E/OU TERMO (DD/MM/AAAA)

**SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO****III.1) Condições relativas ao concurso****III.1.1) CAUÇÕES E GARANTIAS EXIGIDAS (SE APLICÁVEL)**

Acaução a prestar é de 5% do valor DA ADJUDICAÇÃO.

**III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam (SE APLICÁVEL)**

- CONTRATO PROGRAMADO COM O GOVERNO RAM

**III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços (SE APLICÁVEL)**

PODERÃO APRESENTAR - SE ACONCURSO GRUPOS DE EMPRESAS, SEM QUE ENTRE ELAS EXISTA QUALQUER MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO, DESDE QUE TODAS AS EMPRESAS DO AGRUPAMENTO SATISFAÇAM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS E COMPROVEM, CADA UMA DAS EMPRESAS OS REQUISITOS CONSTANTES NO PONTO 9 DO PROGRAMA DE CONCURSO.

**III.2) Condições de participação****III.2.1) INFORMAÇÕES RELATIVAS À SITUAÇÃO DO EMPREITEIRO/ DO FORNECEDOR/ DO PRESTADOR DE SERVIÇOS E FORMALIDADES NECESSÁRIAS PARA AVALIAR A CAPACIDADE ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA MÍNIMA EXIGIDA**

1 - Para ser admitido ao procedimento o candidato terá de possuir alvará de construção passado pelo IMOPPI da 1.ª Subcategoria da 2.ª Categoria da classe correspondente ao valor global da proposta apresentada e da 6.ª subcategoria da 2.ª Categoria, da 1.ª, subcategorias da 4.ª categoria e 1.ª, 2.ª subcategorias da 5.ª Categoria, do valor da classe correspondente aos respectivos trabalhos.

2 - A capacidade económica e financeira será avaliada nos termos da Portaria n.º 104/01 de 21 de Fevereiro, com a redacção dada pela Portaria 1465 de 14 de Novembro e Portaria n.º 1547/02 de 24 de Dezembro.

**III.2.1.1) SITUAÇÃO JURÍDICA- DOCUMENTOS COMPROVATIVOS EXIGIDOS**

De acordo com o ponto n.º 6 e 15 do Programa de Concurso.

**III.2.1.2) CAPACIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA- DOCUMENTOS COMPROVATIVOS EXIGIDOS**

De acordo com o ponto n.º 15 do Programa de Concurso.

**III.2.1.3) CAPACIDADE TÉCNICA- DOCUMENTOS COMPROVATIVOS EXIGIDOS**

De acordo com o ponto n.º 15 do Programa de Concurso

**III.3) Condições relativas aos contratos de serviços****III.3.1) A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO ESTÁ RESERVADA A UMA DETERMINADA PROFISSÃO?**NÃO  SIM 

EM CASO AFIRMATIVO, REFERENCIAR AS DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS, REGULAMENTARES OU ADMINISTRATIVAS RELEVANTES

**III.3.2) AS ENTIDADES JURÍDICAS DEVEM DECLARAR OS NOMES E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS DO PESSOAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO?**

NÃO  SIM **SECÇÃO IV: PROCESSOS****IV.1) Tipo de processo**

- CONCURSO PÚBLICO
- CONCURSO LIMITADO
- CONCURSO LIMITADO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO
- CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO
- CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
- CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS
- CONCURSO LIMITADO URGENTE
- PROCESSO POR NEGOCIAÇÃO
- PROCESSO POR NEGOCIAÇÃO COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO
- PROCESSO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO
- PROCESSO POR NEGOCIAÇÃO URGENTE

**IV.1.1) JÁ FORAM SELECIONADOS CANDIDATOS? (APENAS PARA PROCESSOS POR NEGOCIAÇÃO E SE APLICÁVEL)**NÃO  SIM 

EM CASO AFIRMATIVO, USAR INFORMAÇÕES ADICIONAIS (SECÇÃO VI) PARAINFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**IV.1.2) JUSTIFICAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ACELERADO (SE APLICÁVEL)****IV.1.3) PUBLICAÇÕES ANTERIORES REFERENTES AO MESMO PROJECTO (SE APLICÁVEL)****IV.1.3.1) ANÚNCIO DE PRÉ-INFORMAÇÃO REFERENTE AO MESMO PROJECTO**

NÚMERO DO ANÚNCIO NO ÍNDICE DO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

/S DE (DD/MM/AAAA)

OU PARA PROCESSOS ABAIXO DO LIMAR

NO DIÁRIO DA REPÚBLICA IIIª SÉRIE

/ DE (DD/MM/AAAA)

**IV.1.3.2) OUTRAS PUBLICAÇÕES ANTERIORES**

/S DE (DD/MM/AAAA)

OU PARA PROCESSOS ABAIXO DO LIMAR

NO DIÁRIO DA REPÚBLICA IIIª SÉRIE

DE (DD/MM/AAAA)

**IV.1.4) NÚMERO DE EMPRESAS QUE A ENTIDADE ADJUDICANTE PRETENDE CONVIDAR A APRESENTAR PROPOSTAS (se aplicável)**

NÚMERO OU MÍNIMO / MÁXIMO

**IV.2) Critérios de adjudicação**A) PREÇO MAIS BAIXO 

OU:

B) PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA, TENDO EM CONTA 

B1) OS CRITÉRIOS A SEGUIR INDICADOS (SE POSSÍVEL, POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA)

1 - VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA 40% 4 7

2 - PREÇO 60% 5 8

6 9

POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTÂNCIA NÃO  SIM 

OU

B2) OS CRITÉRIOS INDICADOS NO CADERNO DE ENCARGOS **IV.3) Informações de carácter administrativo****IV.3.1) NÚMERO DE REFERÊNCIA ATRIBUÍDO AO PROCESSO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE**

(INFORMAÇÃO NÃO INDISPENSÁVEL À PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)

01-NOVO-06

**IV.3.2) CONDIÇÕES PARA OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS CONTRATUAIS E ADICIONAIS**

DATA LIMITE DE OBTENÇÃO (DD/MM/AAAA), OU 10 DIAS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

CUSTO (SE APLICÁVEL): 500,00 MOEDA: EUROS ACRESCIDO IVA.

CONDIÇÕES E FORMADE PAGAMENTO

O PROCESSO DE CONCURSO PODE SER ADQUIRIDO NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL,

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DAS 9.H ÀS 16 H. ATRAVÉS DE CHEQUE VISADO,

EMITIDO À ORDEM DO TESOUREIRO DA CÂMARA MUNICIPAL, OU EM NUMERÁRIO.

**IV.3.3) PRAZO PARA RECEPÇÃO DE PROPOSTAS OU PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO (CONSOANTE SE TRATE DE UM CONCURSO PÚBLICO OU DE UM CONCURSO LIMITADO OU DE UM PROCESSO POR NEGOCIAÇÃO)**

..... (DD/MM/AAAA) OU 30 DIAS A CONTAR DA SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA

REPÚBLICA

HORA (SE APLICÁVEL) 15 HORAS.

**IV.3.4) ENVIO DOS CONVITES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS AOS CANDIDATOS****SELECIONADOS (NOS CONCURSOS LIMITADOS E NOS PROCESSOS POR NEGOCIAÇÃO)**

DATA PREVISTA (DD/MM/AAAA)

**IV.3.5) LÍNGUA OU LÍNGUAS QUE PODEM SER UTILIZADAS NAS PROPOSTAS OU NOS PEDIDOS****DE PARTICIPAÇÃO**

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país

           terceiro

-----

**IV.3.6) PRAZO DURANTE O QUAL O PROPONENTE DEVE MANTER A SUA PROPOSTA (NO CASO****DE UM CONCURSO PÚBLICO)**

ATÉ (DD/MM/AAAA) OU MESES E/OU 66 DIAS A CONTAR DA DATA FIXADA PARA A

RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS

**IV.3.7) CONDIÇÕES DE ABERTURA DAS PROPOSTAS****IV.3.7.1) PESSOAS AUTORIZADAS A ASSISTIR À ABERTURA DAS PROPOSTAS (SE APLICÁVEL)**

O CONCURSO É PÚBLICO MAS SÓ PODERÃO INTERVIR OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS

CONCORRENTES DEVIDAMENTE CREDENCIADAS.

**IV.3.7.2) DATA, HORAE LOCAL**

DATA DE (DD/MM/AAAA), DIAS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO DIÁRIO

DA REPÚBLICA, OU

NO DIA ÚTIL SEGUINTE À DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS 

HORA: 16 H. LOCAL: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.

**SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS****VI.1) Trata-se de um anúncio não obrigatório?**NÃO  SIM **VI.2) Indicar, se for caso disso, se se trata de um concurso periódico e o calendário previsto de****publicação de próximos anúncios****VI.3) O presente contrato enquadra-se num projecto/programa financiado pelos fundos****comunitários? (INFORMAÇÃO NÃO INDISPENSÁVEL À PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**NÃO  SIM 

EM CASO AFIRMATIVO, INDICAR O PROJECTO/PROGRAMA, BEM COMO QUALQUER

REFERÊNCIA ÚTIL

**VI.4) Outras informações (SE APLICÁVEL)**

1 - NÃO PODERÃO APRESENTAR-SE A CONCURSO AS EMPRESAS QUE SE ENCONTRAM NAS

SITUAÇÕES PREVISTAS NO ART.º 55.º E 58.º DO D.L. N.º 59/99, DE 2 DE MARÇO.

2 - NÃO É PERMITIDO A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS CONDICIONADAS PELOS

CONCORRENTES.

3 - NÃO É PERMITIDO A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS PELOS

CONCORRENTES.

**VI.5) Data de envio do presente anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia**

00 DE 0000 DE 0000 (DD/MM/AAAA).

SANTACRUZ, 9 DE JANEIRO DE 2006.

O PRESIDENTE, JOSÉ ALBERTO DE FREITAS GONÇALVES

\* CFR. DESCRITO NO REGULAMENTO CPV 2151/2003, DACOMISSÃO, PUBLICADO NO JORNAL

OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA N.º L329 DE 17 DE DEZEMBRO, PARA OS CONTRATOS DE VALOR

IGUAL OU SUPERIOR AO LIMAR EUROPEU

\*\* CPA/CPC CFR. DESCRITO NO REGULAMENTO 3696/93, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DAS

COMUNIDADES EUROPEIAS N.º L342 DE 31 DE DEZEMBRO, ALTERADO PELO REGULAMENTO

1232/98 DACOMISSÃO DE 17 DE JUNHO, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES

EUROPEIAS N.º L177, DE 22 DE JUNHO

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,54 cada	€ 15,54;
Duas laudas . . . . .	€ 16,98 cada	€ 33,96;
Três laudas . . . . .	€ 28,13 cada	€ 84,39;
Quatro laudas . . . . .	€ 29,95 cada	€ 119,80;
Cinco laudas . . . . .	€ 31,11 cada	€ 155,55;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 37,81 cada	€ 226,86.

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 26,84	€ 13,59;
Duas Séries . . . . .	€ 51,00	€ 25,66;
Três Séries . . . . .	€ 62,00	€ 31,36;
Completa . . . . .	€ 72,50	€ 36,00.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2005, de 3 de Janeiro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Departamento do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Departamento do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 3,62 (IVA incluído)